

COMUNIDADE, SOCIEDADE E SOCIABILIDADE: REVISITANDO FERDINAND TÖNNIES

INTRODUÇÃO

Um dos grandes expoentes e pioneiros da ciência social alemã da última metade do século XIX e início do XX, cuja produção sem dúvida deixara sua marca em autores seminais como Max Weber e Georg Simmel, Ferdinand Tönnies aparece nos anais da sociologia muitas vezes como um daqueles anônimos autores menores, cuja existência restringir-se-ia a alimentar a imaginação de pesquisadores que cultivam alguma ordem de excentricidade teórica. Salvo raríssimas exceções, seu nome está invariavelmente relacionado aos trabalhos de investigadores ligados à escola sociológica de Chicago (1915-1940), notadamente durante a constituição do *corpus* teórico-metodológico que levaria o nome de Ecologia Humana.

Sua *magnum opus*, “Comunidade e Sociedade” (*Gemeinschaft und Gesellschaft*), foi publicada em 1887. Trata-se de um esforço de grande envergadura analítica¹, articulando princípios gerais para a edificação de uma teoria da estrutura social, curiosamente, sem se abdicar em formular uma percepção bem particular de uma teoria da ação, baseada esta última na idéia de vontade social (MIRANDA, 1995). Sua

Con el lugar y condiciones de su vida cotidiana, modifican los hombres su temperamento.

F. TÖNNIES

CASSIO BRANCALEONE*

RESUMO

Um dos pioneiros da ciência social alemã, da última metade do século XIX e início do XX, Ferdinand Tönnies aparece nos anais da sociologia moderna como mais um daqueles anônimos autores menores. Paradoxalmente, é autor de uma fecunda contribuição que lançou importante base para a institucionalização científica da disciplina, e seus principais conceitos se encontram hoje cristalizados e naturalizados como parte do típico jargão sociológico. Este artigo pretende realizar um resgate pontual de duas categorias presentes na mais conhecida obra de Tönnies, “Comunidade e Sociedade”, ressaltando a importância de se retomar a reflexão sobre elas para a elaboração de modelos teóricos e descritivos que tenham os arranjos de sociabilidade como unidade de análise.

ABSTRACT

Despite his role as one of the pioneers of sociology in Germany in the late nineteenth and early twentieth century, Ferdinand Tönnies appears in the annals of modern sociology as a lesser, almost anonymous figure. Paradoxically, he is the author of important contributions, which made way for the institutionalization of sociology as a scientific discipline and is also the author of important concepts, which today have been incorporated and crystallized by sociological jargon. In this article I bring back to the fore two categories put forth in his most well-known writing, “Community and Society”. My aim is to emphasize the importance of reflecting upon these concepts in order to elaborate theoretical and descriptive models focused on arrangements of sociability.

* Pesquisador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES) e doutorando em sociologia pelo IUPERJ.

E-mail: cassiobrancaleone@iuperj.br

mirada percorre, portanto, desde os marcos conceituais que lidam com os níveis mais elementares das relações sociais até as macro-estruturas, numa verve influenciada por pensadores de grande estatura teórica como Karl Marx² e Thomas Hobbes³.

Estas considerações, embora salutares, não pretendem transitar no sentido de contribuir com algum tipo de reabilitação de sua “esquecida” figura. Não se trata de encontrar para ele um lugar no ilustre pedestal dos clássicos da sociologia. O objetivo deste artigo é pontual e modesto: reconstruir criticamente, através de um sucinto inventário dos principais conceitos utilizados por Tönnies em sua mais conhecida obra, seu modelo de caracterização, análise e descrição dos arranjos de sociabilidade, consolidado como constructo conceitual norteador do jargão sociológico através da oposição binária *Comunidade-Sociedade*. O que não implica, por sua vez, ignorar tacitamente um desdobramento quase natural dessa empreitada: estimular a reflexão sobre os instrumentos teóricos da ciência social que buscam dar conta das possíveis configurações de sociabilidade nas sociedades modernas.

I – O HOMEM FEITO: VONTADE NATURAL E VONTADE ARBITRÁRIA

Se pudéssemos lançar mão da adaptação de alguma assertiva genealógica para começar, talvez, numa redução grosseira da teoria de Tönnies, mas nem por isso menos verossímil, valeria então aludir: no início havia a *interação*. Este me parece o ponto de partida de nosso autor. Tönnies se referia em seus escritos ao processo permanente de *inter-ações* humanas através do termo *vontade*. Os *agentes*, atualizando para as categorias de nosso tempo, são vontades humanas em múltiplas relações, vontades realizadas e/ou sofridas, conservando e/ou destruindo outras vontades. Que fique claro que vontades não seriam necessariamente e em princípio indivíduos, pelo menos no sentido cultural moderno, enquanto atores monádicos reflexivos, mas antes de tudo unidades biológicas dirigidas por instintos, orientadas por motivações de origem orgânica como a nutrição, a auto-preservação e a reprodução. A vontade humana, assim nesse estado mais “bruto”, equivalente psicológico do corpo, foi designada por ele como *vontade natural*.

Tönnies comunga da noção aristotélica do homem como animal gregário, de modo que as ações oriundas das vontades e suas forças, quando no sentido de conservação (e podem sê-lo em outro, no de destruição) formariam uma *união*. Esta, quando configurada predominantemente pela vontade natural, seria caracterizada como *comunidade (gemeinschaft)*.

A vontade humana pode, entretanto, ser guiada por outros móveis, transcendendo os determinantes do “orgânico”, partindo de representações ideais e artificiais sobre os homens e o mundo ao seu redor. Quando ela assume caráter deliberativo, propositivo e racional, se manifesta como *vontade arbitrária*. Assim, uma união de homens edificada predominantemente pela vontade arbitrária, por sua vez, seria denominada como *sociedade (gesellschaft)*. Pela vontade natural, as relações entre os homens teriam valor por si mesmas, sendo intrínsecas, não dependendo de propósitos exteriores ou ulteriores a elas. Já a vontade arbitrária se pautaria na diferença entre meios e fins, sendo racional e motivada por finalidades exteriores às relações estabelecidas socialmente. O tipo de vontade predominante tem, por sua vez, um papel simbólico e imaginário precioso na construção das represen-

tações coletivas do grupo. Quando orientado pelo primeiro tipo de vontade, o grupo social (a união) seria concebido pelos agentes em interação como entidade natural e durável. Quando pela segunda, como entidade artificial e mutável, submetida aos interesses individuais.

Para Tönnies, portanto, é fundamental, antes de se estabelecer uma descrição hipotética dos padrões de sociabilidade, desvelar a que tipo de inclinações os agentes estariam sujeitos. Em seu modelo explicativo, o tipo de vontade dominante seria um dos elementos mais importantes na determinação da configuração das relações sociais, apontando as tendências de organização institucional, moral e morfológica dos agregados humanos.

De tal modo, parecia sugerir um esquema do ponto de vista lógico, linear e evolutivo, onde a vontade social se transformaria no processo natural e ordinário de orientação da intervenção humana no mundo, com o desenvolvimento das sociedades se realizando basicamente através de duas matrizes morfológicas de sociabilidades ou dois imperativos organizacionais de coletividades, relativamente opostos: as relações comunitárias e as societárias.

II – O COLETIVO REALIZADO: GEMEINSCHAFT E GESELLSCHAFT

Por relações comunitárias (*gemeinschaft*) Tönnies entendia toda vida social de conjunto, íntima, interior e exclusiva. As relações societárias (*gesellschaft*), ao contrário, se constituiriam justamente como a sociabilidade do domínio público, do mundo exterior (TÖNNIES, 1947: 20). Um corpo comunitário existiria muito antes da constituição social de indivíduos e seus fins, ainda que isso não implique sua restrição a tais condições sócio-genéticas. Estas relações seriam primordialmente sustentadas por elementos de uma cultura holista, por “hombres que se sienten y saben como perteneciéndose unos a otros, fundados en la proximidad natural de sus espíritus” (TÖNNIES, 1942: 45).

De modo que as relações comunitárias prescindiriam, pelo menos *a priori*, da necessidade de igualdade e liberdade das vontades. Em grande medida, se constituiriam por razões de determinadas

desigualdades “naturais”, como aquelas encontradas entre sexos, idades ou forças físicas e morais distintas, como se dão nas condições materiais de existência. Sua origem repousaria na consciência da dependência mútua determinada pelas condições de vida comum, pelo espaço compartilhado e pelo parentesco: por isso se realizaria como comunidade de bens e males, esperanças e temores, amigos e inimigos, mobilizada pela energia liberada por sentimentos envolvidos como afeto, amor e devoção (*ibidem*: 39).

Para Tönnies, uma teoria da comunidade teria que adensar fundamentalmente sua raiz nas disposições gregárias estimuladas pelos laços de consanguinidade e afinidade (sejam relações “verticais”, entre pais e filhos, ou “horizontais”, entre irmãos e vizinhos), se caracterizando pela inclinação emocional recíproca, comum e unitária; pelo consenso e o mútuo conhecimento íntimo. Postulou, assim, o que seriam suas “leis principais”: a) parentes, cônjuges, vizinhos e amigos se gostam reciprocamente; b) entre os que se gostam, há consenso; c) os que se gostam, se entendem, convivem e permanecem juntos, ordenam sua vida em comum (TÖNNIES, 1947: 41).

Partindo destes princípios de convivialidade, registrou a existência de três padrões de sociabilidade comunitária: os laços de consanguinidade, de coabitação territorial e de afinidade espiritual, cada qual convergindo para um respectivo ordenamento interativo, como *comunidade de sangue* (parentesco), *lugar* (vizinhança) e *espírito* (“amizade”) (*ibidem*: 33). Apesar de argumentar que tais dimensões estariam em grande maioria interconectadas, Tönnies por vezes se referia a elas como elementos de um mesmo plano de desenvolvimento cadenciado, um surgindo como conseqüência e desdobramento natural de seu antecessor.

Ele ainda classificou as relações comunitárias, segundo sua forma, em três tipos: a) as *relações autoritárias*, de modo geral predominantes, repousando na desigualdade de poder e querer, de força e autoridade (o modelo ideal seria a relação entre pais e filhos); b) as *relações de companheirismo*, com origem na isonomia geracional (relação entre irmãos); c) e as *relações mistas*, que combinariam as duas formas (relação entre cônjuges) (TÖNNIES, 1942: 54-75).

Interessante que, para as comunidades de sangue e lugar, atribuiu a constituição de vínculos de natureza própria da vida animal, enquanto a comunidade de espírito, por sua vez, articularia vínculos típicos da vida mental. Isso explica a idéia forte presente em seu argumento, de alto corte biologista, segundo a qual níveis mais primários de comunidade existiriam entre todos os seres orgânicos (TÖNNIES, 1947: 45), questão depois apropriada, a seu modo, pela ecologia humana.

Esses padrões de relações comunitárias se realizariam territorialmente através de três núcleos espaciais: a *casa*, a *aldeia/vila* e a *cidade*. Ainda que se possa ponderar a predominância da sociabilidade de família na casa, de vizinhança na vila, e de afinidade espiritual na cidade, enquanto formas comunitárias de sociabilidade, Tönnies imaginava os três padrões imbricados em cada uma de suas extensões espaciais, de maneira que a cidade, enquanto o possível *locus* mais evoluído desse esquema, compartilharia, a seu modo, de todos os elementos das formações sócio-espaciais precedentes, pelo menos em um primeiro momento, e em uma morfologia mais rudimentar. Porém, admitia que na cidade a irmandade profissional seria a mais alta expressão da idéia de comunidade (*ibidem*: 43).

Na passagem do modo de vida rural para o urbano, teríamos o desencadeamento de uma ruptura na organização desses núcleos de sociabilidade. Quanto mais se multiplicava a vida da cidade – ou seja, à medida que o mercado estimulava o desenvolvimento hipercefálico da urbe –, mais perdiam forças os círculos de parentesco e vizinhança como motivos de sentimentos e atividades comunitários.

Enquanto o chefe de família – seja cidadão ou camponês – teria seu olhar voltado para dentro, para o interior da comunidade, os novos atores despertados pelas potências do mercado urbano (como a classe de comerciantes), por sua vez, dirigiriam sua atenção para fora, para transpor territórios. Esse processo Tönnies descreveu, esquematicamente, como a transição da predominância social da vontade natural para a vontade arbitrária, que em termos espaciais se deu como a submissão do campo ou da pequena cidade à dinâmica da vida metropolitana; e pode também ser traduzido, em termos de sociabilidade,

como enfraquecimento das relações mediadas pela consangüinidade, os costumes e a tradição por aquelas mediadas pela razão, o cálculo e o interesse. Aqui, nosso autor se baseia, sobremaneira, numa perspectiva do argumento marxista, de acordo com a qual a história econômica da sociedade moderna, e por decorrência o motor dessas transformações, residiria no movimento de oposição crescente entre cidade e campo (*ibidem*: 316).

Nestes termos, Tönnies formulou sua teoria da sociedade e da comunidade: *se na comunidade os homens permanecem unidos apesar de todas as separações, na sociedade permaneceriam separados não obstante todas as uniões* (*ibidem*: 65). Na sociedade, cada vontade seria reconhecida socialmente como unidade subjetiva, moralmente autônoma, independente e auto-suficiente, estando para si em um estado permanente de tensão com as demais, sendo as intromissões de outras vontades, na maioria das vezes, aludida como ato de hostilidade.

No circuito das relações societárias, Tönnies denominou por vontade arbitrária aquilo que é produto da sociabilidade mercantil, orientada em grande medida pelo cálculo, o tráfico e o contrato. Indivíduos autoconscientes de seus interesses entrariam em relação uns com os outros, instrumentalizando meios que lhes estivessem ao alcance, considerando pura, fria e simplesmente regras estabelecidas no plano contratual. É o domínio da racionalidade, como atestava: “sociedad no es otra cosa que la razón abstracta” (*ibidem*: 72).

A característica dessa sociabilidade é dada, fundamentalmente, pelo registro dos efeitos do comércio como ocupação econômica de maior peso e visibilidade sócio-cultural, sendo

(...) el intercambio de palabras y favores, en el que parece que todos estén a la disposición de todos y que cada cual considere como iguales suyos a los demás, cuando en realidad cada cual piensa en sí mismo y procura imponer su importancia y ventajas en oposición con todos los demás (*ibidem*: 81).

O dinheiro, como equivalente geral, é um elemento importante na estruturação dessa sociabilidade societária e urbana, pois aprofunda um estado de isonomia social sem precedentes, podendo ser tudo e todos (pessoas, lugares, objetos, posições de prestígio) por ele cambiáveis.

A sociedade, na argüição de Tönnies e na esteira de Marx, se constituiu essencialmente sob a hegemonia dos capitalistas e para a sua plena realização enquanto classe. A cidade é, desta maneira, o berço da burguesia e o lugar por excelência da exploração da classe trabalhadora⁴.

Entretanto, o mesmo fenômeno que deposita no coração do homem urbanizado o interesse e a razão instrumental como móveis da interação entre seus pares, diagnosticado pela hegemonia da sociabilidade mercantil, também seria indissociável da emergência da vida e do pensamento livres; pelo menos destituído de toda ordem de coerções estamentais. Tal interpretação não fez Tönnies deixar de reconhecer que a vivência efetiva dessas liberdades renunciadas pela sociabilidade societária e urbana seria condicionada pela posição ocupada pelos indivíduos nas condições sociais de produção da vida material.

Se temos de um lado um movimento de transformação dos padrões de sociabilidade comunitário para societário com o desenvolvimento da sociedade urbana, a força gravitacional que a grande cidade exerce sobre os demais núcleos urbanos e rurais provoca, por sua vez, um movimento expansivo do *gesellschaft* para as demais espacialidades e territórios em relação a ela “satelitizados”, atestando a força expansiva da dinâmica de vida da metrópole, unida por suas propriedades e potencialidade para centralizar as grandes instituições econômicas e as esferas de poder. De forma que, quanto mais se realiza o estado de sociedade em um país, mais ele se assemelharia a uma grande cidade (*ibidem*: 307).

E sendo, na opinião de Tönnies, a comunidade mais uma relação de corpos, de caráter orgânico, a sociedade estaria, por sua vez, intrinsecamente vinculada à existência do Estado, como espírito humano projetado, exacerbando, portanto, suas características mais abstratas e artificiais. Isto é corroborado, aludindo-se suas duas respectivas ordenações normativas de convivência: aquilo que o costume e a religião representariam para uma suposta “idade comunitária”, a legislação, a ciência e a opinião pública assumiriam para uma “idade societária”.

Talvez possamos compreender melhor o sentido dessa dualidade quando de sua explicitação por Tönnies, em termos da oposição entre uma *cultura de povo (folk)* versus uma *civilização de Estado (ibidem: 304)*, ressaltando o poder das relações comunitárias em orientar a constituição de identidades locais, ou seja, de participar das dinâmicas da sociabilidade que levam em consideração o aspecto do *singular*, em decorrência da força das relações societárias em articular identidades extra-locais, exacerbando, com isso, a relação da sociabilidade com o tema do *universal*, do cosmopolita, e por derivação, a sua importância para a consolidação de uma ideal de humanidade⁵. Assim,

(...) a medida que se desarrolla, lo artificial aumenta costas de lo natural, pues cada vez adquiere mayor importancia y participación lo específicamente humano y particularmente la fuerza mental de la voluntad, hasta que acaba formándose con (relativa) libertad de su base natural y hasta poniéndose en oposición con ésta. Así hay que entender todo derecho comunal como producto del espíritu humano, pensador: un sistema de ideas, reglas, normas, comparable, como tal, a un órgano o obra, surgido por la reiterada actividad correspondiente de si mismo, por ejer-

cício, como modificación de un substancial de la misma índole ya anteriormente existente, progresando de lo general al especial. De esta suerte, es fin de sí mismo, aunque en relación necesaria con aquel todo a que pertenece y donde procede, que es él mismo manifestándose de modo peculiar. Con ello se presupone una humanidad unida como existencia natural y necesaria; es más, se presupone un protoplasma de derecho como producto originario y necesario de la vida y pensamiento conjuntos de la humanidad...

(TÖNNIES, 1947: 201-2).

Apesar de todo um conjunto de transformações, entre algumas apresentadas neste artigo, apontar para a tendência de uma progressiva transição da humanidade de uma suposta idade comunitária para uma idade societária, conforme categoria lançada pelo próprio Tönnies em algumas passagens de seus textos, nosso autor tem clareza de que quer, com isso, nada mais do que acentuar a *preponderância* de certos padrões de sociabilidade nos modernos agrupamentos sociais; e, em sua leitura, o registra através da categoria *gesellschaft* e vontade social arbitrária. Esta ressalva se faz necessária, pois assim se pode compreender que padrões de sociabilidade comunitária continuam a existir na sociedade urbana e capitalista, marginal e residualmente, na maioria dos casos, segundo esta perspectiva, e possibilitando a articulação até mesmo de outras sociabilidades “híbridas”. O melhor exemplo notificado por Tönnies foi o fenômeno do cooperativismo entre o movimento de trabalhadores, produzindo uma nova cultura de comunidade, em meio a padrões societários de convivência (*ibidem: 313*).

Na expectativa de visualizar o modelo comunidade-sociedade de Tönnies, tendo em vista suas potencialidades em nossa leitura dos arranjos de sociabilidade, podemos apresentá-lo de um modo sucinto e resumido como neste esquema, de acordo com o que já foi tratado ao longo desta seção:

O MODELO COMUNIDADE-SOCIEDADE

COMUNIDADE		SOCIEDADE	
Modo de união afetivo		Modo de união objetivo-contratual	
Convivência externa	Tipo de ocupação e tendência dominante de orientação espiritual	Convivência externa	Tipo de ocupação e tendência dominante de orientação espiritual
Vida de família –hábitos	Economia doméstica	Vida na metrópole – convenção	Comércio – contrato
Vida de aldeia –costumes	Agricultura	Vida nacional – política/Estado	Indústria – planejamento
Vida urbana –religião	Arte	Vida cosmopolita –opinião pública	Ciência – imprensa/opinião pública

Fonte: Baseado em Tönnies, F. (1947: 313-5).

III – REVISITANDO TÖNNIES: O MODELO COMUNIDADE-SOCIEDADE ENTRE UMA TEORIA DA MUDANÇA SOCIAL E UM MAPA ANALÍTICO DAS SOCIABILIDADES

Não chega a ser complicado para o leitor pouco versado em Tönnies apontar as características mais marcantes no conjunto de suas reflexões. A começar por sua própria sociogênese: a curiosa recusa do historicismo, caro aos intelectuais alemães de seu tempo, e a tenacidade ao tomar partido pelo outro lado, assumindo o compromisso de buscar leis e invariantes sociológicas universais. Depois, a influência e reverberação do processo político alemão em sua epistemologia: até que ponto o movimento de passagem do *gemeinschaft* ao *gesellschaft* não respondia às aflições coletivas e pessoais, em relação aos desafios de um povo pulverizado que buscava se articular em Estado-Nação para concretizar um projeto de unidade geopolítica? Além do mais, determinismo, evolucionismo, organicismo, e holismo são outros destes “apelidos politicamente incorretos”, mas não necessariamente destituídos de alguma razão, atribuídos a sua teoria.

Como advertido, não sendo meu objetivo realizar nenhuma reabilitação de sua figura, por se situar

fora do escopo deste trabalho, não me deterei nesse problema. Basta assinalar que a maior contribuição de Tönnies à sociologia de um modo geral talvez tenha sido a de estimular uma reflexão importante, em uma certa geração de cientistas sociais preocupados com a questão mais elementar de nossa *episteme*, a formulação de uma leitura muito singular sobre o canônico “mal de origem” da sociologia: o permanente tensionamento entre *agência* e *estrutura social*. Mas também não foi esse o mote privilegiado por esse trabalho para a aproximação com sua sociologia.

Penso que, no núcleo de sua teoria, existem peças elaboradas de modo minimamente satisfatório para sustentar algo que possa ser ou servir, ao mesmo tempo, à composição de uma *teoria da mudança social* e de um *mapa analítico das sociabilidades*, duas ferramentas heurísticas que parecem ser fundamentais para se levar adiante algum projeto de interpretação dos processos e fenômenos que teriam dado à luz na e/ou através da cidade moderna a certas configurações de sociabilidades. Isso porque seu modelo, ao mesmo tempo em que contribui para organizar, conceitualmente, as possíveis configurações das relações sociais em sua dimensão histórica, lida também de modo original e fecundo com a morfologização e espacialização dos processos interativos, conferindo-lhes inteligibilidade para variadas formas de manipulação analítica.

Certamente que com toda uma camada de problemas a serem solucionados ou minimizados, desde os já apontados àqueles que podem ser levantados.

Se boa parte das categorias de Tönnies foi forjada para lançar as bases da sociologia enquanto disciplina científica, fundamentando uma teoria da estrutura social e da agência, sua utilização pelo autor não se furtou de ser realizada diacronicamente. Aliás, ainda que seu esquema seja amarrado em um agrupamento dual de conceitos contrastantes, de modo algum Tönnies os pensava de maneira estanque, isolada e estática, e sim apontando as dinâmicas de longo prazo que eles representavam, isto é, o desenvolvimento da sociedade de seu tempo. Creio que Tönnies agia desse modo estimulado por sua leitura do marxismo.

A acusação de que ele privilegiava algum tipo de juízo de valor em relação à sociabilidade comunitária contra a societária, como se aquela indicasse alguma “idade de ouro” da humanidade, como ocorreu a alguns analistas que incorporaram elementos de sua teoria, não parece muito convincente, pelo menos em termos de sua preocupação científica que era claramente a de *estabelecer parâmetros sociológicos formais e conceituais*, como ele mesmo relatou em prefácio de uma obra sua publicada na década de 1930 (TÖNNIES: 1942: 11).

E se a concepção de vontade social estiver carregada de metafísica e psicologismo à moda de Hobbes, isto não desqualifica as potencialidades descritivas da modelagem *gemeinschaft-gesellschaft*, se admitimos a relevância não daquilo que é genético na manifestação de padrões de sociabilidade comunitário e societário, mas sim *como, onde e sob quais condições* por excelência estes se manifestam e se reproduzem enquanto tal. Suas categorias fornecem elementos ainda hoje válidos e até mesmo implícitos em muitas pesquisas e teorias sociológicas, tanto através como também além do que foi desenvolvido pela escola da ecologia humana.

Em realidade, tomando o “natural” e o “arbitrário” não como conteúdos, em si, da vontade social, ou sua tradução mais imediata na dinâmica das interações, mas como um dado conjunto simbólico de inclinações que fundamenta a constituição das representações coletivas dos grupos sociais, apontando para orientações que organizam o imaginário e a percepção dos agentes quanto à “natureza” dos

vínculos fundados e estabelecidos entre si, podemos ter algo a mais que um valioso instrumento teórico para mapear arranjos existentes e possíveis de sociabilidade, indissociado de elementos conceituais para refletirmos sobre a constituição de determinadas ordens sociais existentes e mundos possíveis.

NOTAS

- 1 O sentido de sua produção teórica é tributário tanto das características do meio social e intelectual da Alemanha do século XIX, como da posição ainda incipiente da sociologia enquanto disciplina legitimada academicamente. Tãozinha era sua preocupação analítica que sua sociologia pode ser considerada, em algumas passagens de suas obras, como formalista, estática e descritiva (GURNEY & AGUIRRE, 1980).
- 2 Para mais informações sobre Tönnies leitor de Marx, ver Miranda (1998).
- 3 Tönnies produziu uma tese substantiva, tendo o pensamento de Hobbes como objeto de estudo (TÖNNIES, 1988).
- 4 Certamente que poderíamos pontuar muitas descontinuidades entre o pensamento de Tönnies e o de Marx, e caberia citar aqui, pelo menos, a centralidade que ele, ao contrário de Marx, atribuía ao papel social representado pelo comerciante (*Ibidem*: 305-307).
- 5 Tema que mais tarde seria desenvolvido, magistralmente, por Norbert Elias (1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELIAS, N. (1993). *O processo civilizador*. Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar [1939].
- GURNEY, P. & AGUIRRE, B. (1980). La teoria sociologica de Ferdinand Tönnies. *Revista Interamericana de sociologia*, México, vol. IX, n.29.
- MIRANDA, O. (1995). A dialética da identidade em Ferdinand Tönnies. In: MIRANDA (org). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: EDUSP.
- _____ (1998). Tönnies e Marx: Utopia, Valor e Contradição. *Revista da USP*, São Paulo, v. 36.
- TÖNNIES, F. (1942). *Principios de Sociologia*. México: Fondo de Cultura Económica. [1931].
- _____ (1947) *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losada. [1887].
- _____ (1988). *Hobbes, vida y doctrina*. Madrid: Alianza Editorial [1878].